

QUILOMBISMO E AFROFUTURISMO: POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL PARA A POPULAÇÃO PRETA

Francelino Eleuterio da Silva Junior¹;

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), Parnaíba, Piauí.

<http://lattes.cnpq.br/4419602555285783>

Murylo Gabriel Ferreira Barreto²;

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), Parnaíba, Piauí.

<http://lattes.cnpq.br/2618836531186701>

Joelly Rodrigues de Oliveira³;

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), Parnaíba, Piauí.

<http://lattes.cnpq.br/8717659127539697>

Cecília Cacao de Sousa Ribeiro⁴;

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), Parnaíba, Piauí.

<http://lattes.cnpq.br/5297600223904414>

Adegilson Carvalho de Sousa⁵;

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), Parnaíba, Piauí.

<http://lattes.cnpq.br/32113552605138>

João Makaully Dorneles Silva⁶;

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), Parnaíba, Piauí.

<https://lattes.cnpq.br/8693958528203505>

Maria Joselina Sousa da Silva⁷;

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), Parnaíba, Piauí.

<http://lattes.cnpq.br/5710080267010566>

Matheus Lima Serejo⁸;

Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU), Parnaíba, Piauí.

<https://lattes.cnpq.br/8201896208126023>

Ricardo Neves Couto⁹;

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), Parnaíba, Piauí.

<https://lattes.cnpq.br/8693958528203505>

Lauanda da Silva Soares¹⁰;

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), Parnaíba, Piauí.

<https://lattes.cnpq.br/2299740185842649>

Isis Vitória Antão Gonçalves Fontes¹¹;

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), Parnaíba, Piauí.

<http://lattes.cnpq.br/9922178703026095>

Maria Juliana Reis Barros¹²;

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), Parnaíba, Piauí.

<http://lattes.cnpq.br/0813609801186270>

Lilith Maria Gonçalves Leal Dantas¹³.

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPa), Parnaíba, Piauí.

<https://lattes.cnpq.br/6967545014610862>

RESUMO: O presente trabalho visa, a partir de estruturas políticas decoloniais como o quilombismo e a afrofuturismo, discutir a promoção de novas possibilidades de vida para a população preta. Essas possibilidades que estão além do que são ofertadas pelas políticas de Estado que ainda se assujeitam as normas de um inconsciente colonial capitalístico, fazendo com que a população preta seja ainda a mais vulnerável e com menos acesso a promoção de saúde, mental e física. Sendo assim, o objetivo deste trabalho foi entender como o quilombismo e a nova vertente do afrofuturismo reverberam na construção de políticas que fomenta o direito a saúde mental de um grupo historicamente excluído, mas que sempre encontrou formas de criar dispositivos para garantir a sua existência e resistência. A metodologia aplicada foi o de revisão bibliográfica a partir de autores decoloniais que tratam diretamente da construção política, social, econômica e de saúde da população preta.

PALAVRAS-CHAVE: Afrofuturismo. Quilombismo. Saúde.

ABSTRACT: This paper aims to discuss the promotion of new life possibilities for the black population, based on decolonial political structures such as quilombismo and afrofuturism. These possibilities go beyond what is offered by state policies that are still subject to the norms of a capitalist colonial unconscious, making the black population even more vulnerable and with less access to mental and physical health promotion. Therefore, the objective of this paper was to understand how quilombismo and the new strand of Afrofuturism reverberate in the construction of policies that promote the right to mental health of a historically excluded group, but which has always found ways to create devices to guarantee its existence and resistance. The methodology applied was a bibliographic review based on decolonial authors who directly address the political, social, economic and health construction of the black population.

KEYWORDS: Afrofuturism. Quilombismo. Health.

INTRODUÇÃO

O trabalho de emancipação de um povo pode estar relacionado a diferentes fruições emanadas em espaço e tempo, e mesmo assim como diria Gilberto Gil (1894), tudo permaneceria do mesmo jeito que tem sido, ou tudo continuaria em transformação. A revolução do Haiti marca possivelmente o primeiro trabalho de emancipação negra no continente americano, e marca assim também os dilemas de povos diásporos em reaver o que se é e o que se tem de direito, incluindo o direito a saúde. O passado para povos de África é tão presente quanto a importância da existência de um futuro, assim como o cuidado. Pode ser uma grande problemática se tratando de África com sua multiplicidade de saberes, o que para nós descendentes da diáspora, pois ao refutarmos políticas de

acesso a saúde estamos pedindo emancipação de qual forma?

Se fossemos construir uma história que se inicia em Congo ou Golfo do Guiné a primeira transformação lógica seria a via oficial deste processo emancipatório. E quem sabe por isso a nossa transformação não seria por vias oficiais, quem sabe ela se iniciou há muito tempo, na dança, na transa de fés que criaram novas formas de cultos, na transformação de uma língua, nos processos de cuidado e manutenção de saúde. Saúde essa negada dentro de um território para um povo que ocupa 56,2% dos espaços étnicos de um Estado branco chamado Brasil (IBGE, 2012-2019). Por isso o trabalho de emancipação para a promoção de saúde da população preta, parda, indígena e pan-africanista muitas vezes não foram feitas por via oficial. Ela é cantada por Jorge Bem Jor (1970) em Charles Jr, no seu jeito e modo, sem permissão das vias oficiais enquanto ele diz, “eu também sou um anjo, mas eu não quero ser o primeiro”, Jorge canta como seu povo canta, uma revolução inteiramente preta, panafricanista e que emerge dos quilombos. Mas ele não é o primeiro a entoar esse levante, nem seria o último, pois em África tudo é um ciclo vivo.

Partindo da ideia de mundo, Brasil, e pessoas pretas que tem seus modos de subjetivação trincados na regulação de um único modo de vida, Milton Santos (1997) critica essa estrutura globalizada que desafia as próprias evoluções humanas. É crítico pensar que só podemos existir sobre a ótica de apenas uma única tecnologia social, como a do capitalismo. Se faz necessário emergir novas sujeições sociais, e é preciso que tenhamos consciência de que essas sujeições estejam fruindo de lugares que sejam politicamente capazes de falar pelo seu povo e seu devir. Como afirma Gomes (2017) em seu livro O movimento negro educador, ao colocar a própria ação do movimento como agente indispensável de transformação política e social. O movimento negro pode virar educação que transforma a história dos povos descendentes da diáspora no Brasil, mantendo para si a sua própria narrativa e controle sobre sua história, diferente do que se temos diante de um sistema capitalístico onde quem tem o poder tem o controle de narrativa.

Essa transformação de novos ideários sociais e políticos que Milton Santos (1997) declara além dos que estão sobre a ode oficial, está diretamente ligado ao o que somos, e aos nossos direitos e ascender como cidadãos, dignos de acesso a saúde e educação, moradia e comida. E essa ideia do que somos vem na simbologia do quilombo como grupos sociais e novas possibilidades de sociedades, aonde o corpo negro possa fruir com a igualdade em ser o que é, longe da diferença que o foi simbolizado. O movimento negro tem que fruir como possibilidades políticas, como foi a revolução do Haiti ou o ideal de liberdade da Revolta dos Malês em 1835 em Salvador. E essa transformação não está em signos oficiais, está no que chamamos de afro futuro, ou afrofuturismo, que está na nossa forma de cuidar do corpo e da mente, está na fala, na dança, na música, no corpo, na beleza, na tecnologia, na gente. Essa transformação não vem da senzala, vem do quilombo de Abdias Nascimento, vem do povo preto como emancipação do seu próprio signo, negro, como diria Fanon, vem com a possibilidade de futuro, um afrofuturo, que não aborda significado divisor em um, e sim um somos.

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é encontrarmos nos dispositivos do quilombismo de Abdias Nascimento e do movimento afrofuturista, novas tecnologias de cuidado que garanta o acesso a saúde para população preta, e que se distancie das ferramentas de sujeição do sistema colonial capitalístico.

METODOLOGIA

O trabalho se apresenta quanto ao seu método a partir de uma pesquisa qualitativa, pois é preciso entender os conceitos relacionados ao quilombismo e ao movimento afrofuturista como analisadores para a promoção de saúde e prática de cuidados para a população preta. Sendo assim, a pesquisa se debruçou diante de uma revisão da literatura sobre os temas para garantir a fundamentação necessária para a discussão sobre práticas de cuidado e promoção de saúde mental pelo viés da filosofia do quilombismo e do movimento afrofuturista.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro pensamento que se passa é por onde começar uma nova revolução social, política, econômica e de subjetivação das pessoas? No decorrer do tempo as grandes revoluções políticas se aproximaram tanto da liberdade de um antigo sistema como sinônima ao autoritarismo. Pensar no quilombo como nova instância a ser pensada como modo de política de promoção a saúde e cuidados no Brasil é recair sobre o medo de falhar, assim como outros instrumentos falharam. Mas a diferença seria não percorrer o mesmo erro de uma única verdade, ou melhor, de uma história única sobre o quilombo? A autora Chimamanda Ngozi (2019) demonstra bem a importância de não termos apenas uma narrativa e o perigo de uma história única. Mas o perigo da história única nos leva as capacidades de resistência aos sistemas que diluem e ceifam a sua narrativa.

É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em igbo na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: nkali. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer “ser maior que outro”. Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio de nkali: como elas são contadas e quantas são contadas depende de muito poder. O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva. (NGOZI, 2019, p. 22-23).

Falar sobre quilombismo não seria certo ao menos em não falar da problemática das estruturas colonialistas dominantes que prevalecem aos dias atuais que ceifam o poder dos povos em dominar a sua própria história. Hoje partimos de diferentes estruturas para desafiar o capitalismo em função de novos modelos de existência como o quilombismo, um dos grandes passos é a barreira existente não só na história única, mas na imagem de controle desses corpos, Bueno (2019) observa que “As imagens de controle se diferenciam

das noções de representação e estereótipo a partir da forma com que a mesmas são manipuladas dentro dos sistemas de poder articulados por raça, classe”. Somos corpos controlados por um sistema que nos diz quem deve morrer e viver, quem deve ser e não ser. Isso fica bem claro quando Mbembe (2018) define necropolítica ressignificando corpos pretos dentro e fora do continente Africano como controles de uma máquina de guerra digerida por um Estado defendido por uma democracia legal. Esse mesmo Estado que decide quem vive e quem morre. Sendo a população preta sempre na segunda instância das práticas do Estado, morrendo, sem direito a saúde e cuidados.

Enquanto Fanon (2008) reclamava que “o branco está fechado na sua brancura, o negro na sua negrura”, Abdias Nascimento (2019) estava além da problemática da negritude como construção do sistema colonialista. No quilombo a problemática da negritude não era uma disfunção social. Mas os modos de operação e de escolha de suas vidas no sistema de necropolítica sim. Fanon (2008) acredita que a negritude é uma criação da branquitude como sistema de controle colonial até os dias atuais, e de longe ele acertou em definitivo, o maior inimigo a qualquer pessoa, sem distinção de raça, é o capitalismo, mas quem está na linha da frente e nas escolhas de narrativas de morte são os corpos pretos.

Em Tornar-se Negro, Souza (1983) dá um passo além da urgência em reaprender novos espaços para corpos pretos e o estabelecimento de sua saúde mental. Na construção da sua subjetividade corpos pretos sofrem violências que atravessam suas subjetividades de puro calvário sobre si mesmo, a autora concorda que “Uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo” (SOUZA, 1983, P. 18).

O quilombo sofreu uma extensão variante de significados ao longo do tempo. É importante destacar que o objeto principal do colonialismo é travar para si uma narrativa que lhe cabe sobre o termo. Por isso antes de traçarmos o quilombismo de Abdias Nascimento, é preciso entender o que é quilombo com o recorte sócio histórico muito além do que é definido pela Constituição de 1988 em seu artigo 68, que aborda o mesmo como agentes de grupos étnicos, raciais e com trajetória histórica própria.

Uma instituição africana, de origem angolana e pré-diaspórica; as diferentes conotações adquiridas pelo termo no Brasil colonial e imperial, até sua caracterização como resistência cultural negra na contemporaneidade. (CARMO, 2020, P. 43).

Abdias Nascimento cria o termo quilombismo pautado na construção de uma identidade de um sistema que era resistência ao colonialismo. Nos dias atuais, o quilombo não reverbera só resistência ao capitalismo como também nas palavras de Abdias Nascimento (1980, p. 65), “conceito emergente do processo histórico-cultural da população afro-brasileira”. O autor acreditava na construção de uma nova liberdade dos afrodescendentes a partir do conhecimento de sua história para o comprometimento e construção de novos modos de sujeição política de saúde e posicionamento social.

O conhecimento científico que os negros necessitam é aquele que os ajude a formular teoricamente –de forma sistemática e consistente–sua experiência de quase quinhentos anos de opressão. Haverá erros ou equívocos inevitáveis em nossa busca de racionalidade

do nosso sistema de valores, em nosso esforço de autodefinição de nós mesmos e de nosso caminho futuro. Não importa. Durante séculos temos carregado o peso dos crimes e dos erros do eurocentrismo 'científico', os seus dogmas impostos em nossa carne como marcas ígneas da verdade definitiva. Agora devolvemos ao obstinado segmento 'branco' da sociedade brasileira as suas mentiras, a sua ideologia de supremacia europeia, a lavagem cerebral que pretendia tirar nossa humanidade, a nossa identidade, a nossa dignidade, a nossa liberdade. Proclamando a falência da colonização mental eurocentrista, celebramos o advento da libertação quilombista. (NASCIMENTO, 2019, P.287-288).

Essa transformação dá sentido de que teremos de encontrar um momento em que corpos pretos possam criar narrativas políticas diferentes das eurocentristas. Essa nova construção reagirá no que acredita Abdias Nascimento na construção de um sistema anticolonial, que nos dias atuais estará instigado a tomar para si a construção de novas perspectivas sociais e políticas, e conseqüentemente nas práticas de cuidado e promoção de saúde pautadas no quilombo. Esse desejo utópico de Abdias é contundente com o que Fanon (2008) diz sobre o capitalismo como domínio de continuação natural do colonialismo.

No cerne da utopia quilombista de Abdias Nascimento (2019), o encontro a imagem de Zumbi se faz presente no imaginário de novas prerrogativas da sociedade. Abdias lembra que em Pernambuco e Alagoas onde o quilombo dos Palmares se estabeleceu foi construído ali o primeiro Estado de africanos livres, como ele mesmo define, um Estado Africano. Nessa construção do Estado de Palmares, Abdias relaciona as práticas políticas adotadas, diferentes da estrutura colonial da época que se estende aos dias atuais.

A República de Palmares, com sua enorme população, relativamente à época, dominou uma área territorial de mais ou menos um terço do tamanho de Portugal. Essa terra pertencia a todos os palmarinos, e o resultado do trabalho coletivo também era propriedade comum. Os autolibertos, diferente da monocultura vigente na colônia; permutavam os frutos agrícolas com seus vizinhos brancos e indígenas. Eficientemente organizados, tanto social quanto politicamente, em sua maneira africana, tradicional, foram também altamente qualificados na arte da guerra. (NASCIMENTO, 2019, P. 71).

Seria impossível falar de afrofuturismo se não for entendido muito bem sobre interseccionalidade. A mulher preta é o centro de tudo que é base para o futuro, não só das populações pan-africanistas, mas como da humanidade. A mulher preta é a base para mudar toda uma estrutura, um certo trocadilho com Angela Davis, quando Elza Soares canta o mundo a escuta, quando Beyoncé canta o mundo a escuta, e toda mulher preta que ousa burlar a sua interseccionalidade muda uma estrutura política. E poderia ser Elza e Beyoncé o que são, se outras mulheres no topo da pirâmide das violências raciais serem cuidadas e com saúde sem outras mulheres pretas? Não outra mulher, e sim mulheres pretas, e a resposta seria, talvez. Quando Sojourner Truth resolve proferir indignada a fala de um pastor em Ohio, Estados Unidos, em 1851 a célebre frase: E EU NÃO SOU UMA MULHER? Sojourner muda toda a estrutura de um movimento não só por respeito de igualdade, mas do surgimento de um movimento feminista preto. Enquanto o feminismo eurocentrista

buscava a luta por direitos ao trabalho das mulheres, as mulheres pretas já não o faziam? Então seu discurso ao requerer a sua feminilidade e se auto declarar uma mulher, fez Elza Soares o que é hoje e fez também Beyoncé ser o que é hoje, e fez com que o centro do afrofuturo seja a voz de um feminismo decolonial como ponte indispensável para o futuro. Assim como Sojuner, Elza e Beyoncé mudam uma estrutura, e toda mulher preta também o faz, não existe uma pirâmide para isso, isso é coisa de um outro processo que não se levanta no afrofuturismo.

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari 3 treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (TRUTH, 1851).

O afrofuturismo está diretamente ligado ao movimento de decolonização de toda uma estrutura que atravessa as subjetividades de corpos em um mundo pós-colonial. O processo decolonial se alimenta dos processos que se opõe ao mundo ocidental com suas práxis, e para absolvermos essas novas formas de fruição de subjetividades precisamos entender que existe um abismo entre ocidente e outras culturas, como observa Marim (2020) que toda a construção do conhecimento de África parte de uma outra visão, como a do toque, da oralidade, da convivência social e principalmente da troca como pulsão de conteúdo. É preciso aprender com os povos originários, com os quilombos, com a filosofia africana como combustível para o processo decolonial e criação de novas sujeições afrofuturistas, sendo assim políticas de cuidado e promoção de saúde.

Precisamos, portanto, olhar além das aparências visuais. Tecer uma trama coletiva, um entrelaçamento de memórias, experiências e histórias que nos reconecte à herança de uma lógica do convívio e não da competição, que valorize todos os sentidos, principalmente em nossa cultura, que tem fortes influências oral e relacional. Uma epistemologia afetiva seria capaz não apenas de decolonizar as crenças de nossos corpos, mas de reparar, reconstruir e reorientar a ciência, a filosofia e as artes para nos aproximarmos mais dos povos originários. Reorientação que se dá pelo toque – um exercício primordialmente sensorial e afetivo. (MARIM, 2020, P 22).

Como observa Mariah e Santos (2020) que “o afrofuturismo é também uma maneira de buscar novas formas de viver, além de ser também uma forma de repensar e criticar o presente”. Quando o termo surge nos Estados Unidos na década de 90 sobre a ponte do autor Mark Dery, como observa Souza e Assis (2019), que em seu próprio mundo como

homem branco questiona a inexistência de textos sobre de ficção científica de autores pretos. Hoje quando podemos pensar uma trilogia afrofuturística, pensamos em Filhos de Sangue e Osso, da autora americana Tomi Adeyemi que no processo de criação do seu livro bebe da cultura afro diaspórica brasileira na cidade de Salvador sobre os elementos dos orixás. Essa ponte de produção de produtos afrofuturistas desembaraça barreiras sobre um povo que tem tanto em comum e necessita de insumos para a construção de seus futuros. Como observa Souza e Assis (2019, p. 10) “O futuro para os grupos historicamente subalternizados é uma questão emblemática, tendo em vista que os mesmos não têm o direito sobre a própria existência”. É quilombismo, pan-africanismo, é coletivo.

O movimento do Afrofuturismo tem uma estética própria e possui alguns elementos característicos singulares, como o reconhecimento de África como a terra originária de todas as pessoas pretas no mundo e o respeito a sua ancestralidade. Outra característica importante é que, por se tratar de um movimento voltado para pessoas negras, trabalha-se com o protagonismo negro, baseado nas narrativas verdadeiras sobre esse povo. Para o Afrofuturismo, a ideia de um continente destruído, caótico e sem produção intelectual pulsante não existe. Foi uma invenção distorcida, criada pela supremacia racial e que se cristalizou como verdade no decorrer dos anos. Por último e talvez mais notável, a estética Afrofuturista utiliza a tecnologia e a ficção científica para a criação de futuros possíveis, que talvez sejam utópicos para o povo negro, utilizando elementos da cultura pop e High-tech, como dispositivos de luta política e crítica da atual situação do povo negro no mundo. (SOUZA E ASSIS, 2019, P. 69).

CONCLUSÃO

Não existe uma história única para população preta afro-diáspora, assim como não existe uma narrativa que seja possível se não for construída por eles mesmos. Em África, existem diferentes povos que compõe um continente mais rico do que aprendemos nas narrativas eurocêntricas. Existe uma nação na Costa da Mina que era do antigo Reino de Daomé, de lá traficada ainda criança Kehindé chegou em terras brasileiras e se viu diante de um país construído sobre o seu sangue. Ela é personagem do livro Um defeito de cor, de Ana Maria Gonçalves. Esse livro não é tido como um livro de história pela academia, e sim um livro de ficção, um romance. Mas Kahindé, ou Luíza Gama é um personagem tão real quanto ficcional na mente dos povos pretos de Salvador. Kehindé, seu nome em lorubá se propaga como Luíza, grande articuladora da revolta dos Malês. Ela não tem crédito oficial neste grande acontecimento por a epistemologia eurocêntrica não acreditar em nada que não seja datado, e para povos de África tudo é oral, tudo é forma, som, cor, sentido, cheiro, tudo decolonial. Luíza ou Kehindé, é mãe do maior ator abolicionista brasileiro, Luís Gama. Em um futuro em que é preciso reconhecer as práxis além da ocidental, Kehindé é real. Para pensar no afrofuturismo, Kehindé tem de ser real e não mais um personagem de ficção. O quilombismo precisa chegar junto com Zumbi. E como Diria Gilberto Gil (1977), “o melhor lugar do mundo é aqui e agora”. A população preta tem tecnologias e meios de

produzir cuidados e saúde, é o que o quilombismo e o afrofuturismo nos mostra.

REFERÊNCIAS

BUENO, Winnie. **Alacradora**: como imagens de controle interferem na presença de mulheres negras na esfera pública. Blogueiras Negras. São Paulo, Abril, 15, 2019. Disponível em: <http://www.blogueirasnegras.org/2019/04/15/a-lacradora-como-imagens-de-controle-interferem-na-presenca-de-mulheres-negras-na-esfera-publica/>. Acesso: 11/03/2025.

CARMO, Aline Oliveira do. **Quilombo como um conceito em movimento ou quilombismo e ubuntu**: práticas ancestrais africanas para pensar práticas pedagógicas e de justiça. V. 11, N2 (2020): Edição Especial: Filosofia Africana desde vozes femininas. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/problematata/article/view/53629>. Acesso: 08/01/2025.

FANON, Frantz. **Peles negras mascaradas brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GILBERTO, GIL. **Tempo Rei**. Rio de Janeiro. Warner Music Brasil: 1984.

GILBERTO, GIL. **Aqui e Agora**. Rio de Janeiro. Warner Musica Brasil: 1977.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MARIAH, Morena, SANTOS, Ale. Afrofuturismo, o movimento que inspirou Beyoncé em Blak is King. **Revista Claudia**, agosto de 2020. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/cultura/afrofuturismo-o-movimento-que-inspirou-beyonce-em-black-is-king/>. Acesso: 05/03/2025.

MARIM, Caroline. **Deconolizando o olhar**. CULT – Revista brasileira de cultura, São Paulo, Nº 22, Ano 23, outubro de 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3º ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**: documentos de uma militância Pan-Africanista. São Paulo, Perspectiva; 3º edição, março de 2019.

NGOZI, Chimamanda Adichie. **O perigo de uma história única**. 1º ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

JORGE BEN JOR. **Charles Jr**. Rio de Janeiro. Philips Record: 1970..

SANTOS, Milton Almeida dos. **Programa Roda Viva**. São Paulo, março de 1997. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xPfkIR34law>. Acesso: 14/03/2025.

SILVA, Denise Almeida. **Literatura negra brasileira**: quilombismo, teoria e práxis, Universidade Federal do Pará, Belém – Pará – Brasil. Julho de 2015. Disponível em: https://abralic.org.br/anais/arquivos/2015_1455933047.pdf. Acesso: 05/01/2021.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1893.

SOUZA, Esdras Oliveira de. ASSIS, Kleyson Rosário. **O afrofuturo como dispositivo na construção de uma proposta educativa antirracista**. Entheoria: Cadernos de Letras e Humanas, Serra Talhada, 6: 64-74, Jan./Dez. 2019. Disponível e m :

file:///C:/Users/Porto/Downloads/3009 Texto%20do%20Artigo-482492049-1-10- 20200810.pdf. Acesso: 12/03/2025.

TRUTH, Soujuner. E eu não sou uma mulher? E U A , 1851. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth> Acesso: 11/03/2025.